

Votação da Constituinte começa à noite

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional iniciou, no começo da noite de ontem, o processo de votação do substitutivo do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR) à proposta de emenda constitucional que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. No entanto com dois problemas: o elevado número de pedidos de destaque, para votar em separado alguns dispositivos da matéria (43 ao todo), e um defeito no sistema eletrônico do plenário da Câmara dos Deputados, tornando compulsória a chamada nominal. Apesar dessas dificuldades, é certa a aprovação do substitutivo, pelo menos no entender das lideranças.

Depois de um dia inteiro de debates em torno do substitutivo, com uma interrupção apenas para o almoço, as votações tiveram início às 18h30 e, desde logo, constatou-se que o sistema eletrônico não funcionava, para desespero dos parlamentares, que teriam de votar pelas tradicionais chamadas nominais.

Para se ter uma idéia do tempo exigido para essas votações, uma hora após as primeiras chamadas, apenas três requerimentos de destaque haviam sido submetidos à deliberação do plenário.

Após o pronunciamento sobre os requerimentos de destaque, seja submetido a votos o próprio substitutivo, para, em seguida, na hipótese de sua aprovação, ter início a votação dos destaques.

Questões de ordem

Abertos às 10h30, os trabalhos desenvolveram-se sem novidades e com debates desinteressantes até as 12h40, quando a sessão foi suspensa para que a Mesa Diretora pudesse ordenar os 43 requerimentos de destaque para a votação, só reiniciada à noite.

Às 14h20, o presidente do Congresso, Senador José Fragelli, viu-se em dificuldades para conter sucessivas e contínuas questões de ordem, levantadas principalmente pelo deputado José Genofino. Não faltou nem mesmo um pedido de verificação de quórum, confirmado na chamada nominal.

O primeiro grande problema enfrentado por Fragelli ocorreu quando Genofino, em nova questão de ordem, quis saber em que número do Diário do Congresso Nacional havia sido publicado o parecer do deputado Walmor Giavarina, autor do substitutivo aceito pela comissão. Genofino levantou ainda outro problema: o parecer não havia sido publicado em avulso, um

pequeno impresso normalmente distribuído aos parlamentares durante o processo de votação de matérias.

"Matéria preclusa"

A sessão foi então suspensa por 30 minutos, para que Fragelli pudesse "fazer um amplo exame em torno do problema levantado". Reaberta a sessão às 15h40, o presidente do Congresso explicou que o parecer estava no Diário do Congresso do dia 19 e que a comissão mista havia adotado uma decisão, oferecendo o substitutivo Giavarina. Para Fragelli, o assunto se esgotara no âmbito da comissão mista e adiantou ainda que as reclamações do deputado deveriam ter sido colocadas naquela ocasião. "A matéria está preclusa."

A partir desse anúncio de Fragelli, formou-se um início de tumulto em plenário, só serenado quando o presidente do Congresso, agindo com mais rigor, contestou a afirmação do deputado Gerson Peres (PDS-PA), para quem o direito dos parlamentares estava sendo cerceado.

Diante da insistência do deputado paraense, que queria saber como votar as emendas sem os pareceres, Fragelli observou que a matéria em exame era do pleno conhecimento de todos os parlamentares.

Foi necessária uma intervenção do líder governista Pimenta da Veiga, que reclamou de Fragelli "mais autoridade para evitar as manobras obstructionistas".

Recurso acatado

Com muita dificuldade, Fragelli superou as intervenções inflamadas do plenário e acatou um recurso de Gerson Peres, que recorreu ao plenário da decisão sobre o problema da publicação dos pareceres. Só não foi aceita por Fragelli a manifestação de plenário, preferindo remeter o recurso diretamente à Comissão de Justiça da Câmara.

Para impedir que os protestos do plenário prosseguissem, Fragelli ergueu a voz e deu a palavra ao 1º secretário da mesa, senador Enéas Faria, que leu o texto de requerimento do líder Pimenta da Veiga, pedindo preferência para a votação do substitutivo Walmor Giavarina, aprovado pelo voto simbólico das lideranças. Votaram contra apenas os líderes do PDT, do PT e do PSB.

Enéas leu ainda outros requerimentos, todos de preferência, após o que se seguiram os pronunciamentos dos líderes partidários, no encaminhamento da votação.

Ulysses assume a liderança

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com ar preocupado, o presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, permaneceu ontem no plenário ouvindo os debates em torno da emenda que convoca a Constituinte. Demonstrou irritação com a obstrução de representantes do PT e de malufistas do PDS. Também não gostou do volume de críticas à proposta de convocação da Constituinte. A certa altura, não resistindo, pediu que o vice-líder do PMDB, Arthur Virgílio Neto (AM), ocupasse a tribuna: "Fale a favor da emenda, é preciso".

A falta de entusiasmo na defesa da emenda Sarney foi registrada também pelo senador Marcondes Gadelha (PB), vice-líder do PFL. Depois de ocupar a tribuna, ele desabafou com jornalistas: "Tem muita gente aqui

sem coragem para defender a emenda do governo".

O secretário do PMDB, Roberto Cardoso Alves (SP), quase sempre em oposição ao líder, justificou as dificuldades de Pimenta da Veiga, acentuando que "o assunto é muito complexo, envolvendo uma série de questões político-institucionais".

Miguel Arraes disse que no Congresso, "de Paulo Maluf a Chico Pinto, todos são a favor da Constituinte" e acrescentou: "As dificuldades surgiram por causa da liderança".

Parlamentares da Aliança Democrática observaram, ironicamente, que Ulysses Guimarães, por seu comportamento de ontem no plenário, passou a acumular mais uma função — a de líder do governo — juntamente com as de presidente do PMDB, presidente da Câmara e vice-presidente da República.

Até bispo no protesto

AGÊNCIA ESTADO

Tarjas pretas em árvores do centro da cidade, vigília cívica, um manifesto com mais de quatro mil assinaturas e centenas de telefonemas para Brasília marcaram ontem o inconformismo de Porto Alegre com a não-convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. Antes mesmo de saber se a emenda Walmor Giavarina havia ou não sido aprovada pelo Congresso, o bispo auxiliar da capital gaúcha, dom José Mário Stroehrer, lamentava a decisão de se conceder poderes constituintes aos futuros parlamentares, alertando para os riscos de um novo impasse social, em consequência do "descompasso verificado entre os políticos e o governo e as aspirações populares".

Dom José Mário participou da vigília cívica promovida pelo Movimento Gaúcho pela Constituinte e disse que estava preocupado com a possibilidade de o País sair da "estrada da democracia", justamente em função dos conflitos que um impasse social poderá trazer. "Os militares podem até voltar ao poder — afirmou —, pois muita gente, da direita e extrema esquerda, vem apostando na confusão." Segundo ele, é urgente que os políticos ocupem seus espaços diante da Nação, deixando de lado os interesses imediatistas, em especial os eleitoreiros. Ele lembrou ainda que a 8ª Assembleia do Conselho Regional de Pastores defendia uma Constituinte "exclusiva, proporcional, representativa, autônoma, participativa, popular e fiel aos anseios do povo" e a tese de que o projeto da Constituição, antes de aprovado, deveria ser submetido a um referendo popular.

O governador Jair Soares também era favorável a uma Constituinte exclusiva, mas acha que, mesmo sendo aprovada a proposta do governo, chegou o momento de se promover uma ampla campanha de esclarecimento nacional sobre o que é uma Constituinte e sua importância. "A população precisa estar esclarecida para delegar responsabilidade a seu representante durante a elaboração da nova Carta Magna do País", comentou. Segundo ele, ninguém poderá furtar-se a dar sua

colaboração para que o Brasil permaneça na "estrada da democracia".

Também o Instituto de Engenharia de São Paulo insistiu na tese da Constituinte exclusiva, enviando ontem aos presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, mensagem condenando a decisão de se conceder poderes constituintes ao novo Congresso. O documento, assinado pelo presidente do Instituto de Engenharia, José Roberto Bernasconi, considera fundamental uma Assembleia Nacional Constituinte autônoma, "composta por membros eleitos especificamente com a finalidade de redigir a nova Constituição do País". Os engenheiros afirmam ainda que a Constituinte deve "resultar de uma visão generosa, larga, de longo curso, vale dizer, estratégica, e não se pode correr o risco de submetê-la às consequências dos interesses imediatistas das disputas pelo poder ou das influências conjunturais de toda a espécie".

"FRUSTRAÇÃO POPULAR"

Já o ministro do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, disse ontem que se a emenda convocando a Constituinte fosse rejeitada, provocaria uma grande frustração popular e que ninguém teria condições de explicar "a rejeição de uma proposta que foi uma das principais bandeiras da Aliança Democrática". Segundo ele, as resistências para a aprovação da matéria dão bem a idéia das dificuldades que serão enfrentadas durante o processo de elaboração da nova Constituição. O ministro comentou ainda que os interesses pessoais, nesse momento, devem ser deixados de lado para que não prevaleçam "sobre os interesses de todos os brasileiros que ajudaram a construir a Nova República".

Enquanto governadores, ministros e até religiosos estavam preocupados com a Constituinte, o deputado Wilmar Pallis (sem partido-RJ) aproveitou-se do tumulto no Congresso Nacional e conseguiu reunir 140 assinaturas de deputados para a sua emenda constitucional propondo eleições presidenciais no próximo ano. Ele ainda precisa de 20 assinaturas na Câmara e 23 no Senado.



Enquanto o Congresso discute a Constituinte, os militares punidos fazem greve de fome no Salão Verde da Câmara

"É, a presença está apertada"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"É, a presença está apertada" — admitiu ontem às 17 horas, no plenário, o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS), preocupado com o fato de que, dos 479 deputados, estavam no Congresso apenas 401, bem como somente 55 senadores do total de 69 — faltavam sete do PDS, três do PFL, três do PMDB e um do PDT. Mas, às 19 horas, o PMDB garantiu que 438 deputados já estavam no Congresso.

Para ser aprovada, a emenda de convocação da Constituinte precisaria dos votos favoráveis de 320 deputados e 46 senadores. "Você tem certeza de que temos os 320 deputados necessários?" — indagava o deputado Ailton Soares (SP) ao líder do PMDB, Pimenta da Veiga, olhando para o plenário ainda com quase um terço de cadeiras vazias. Ailton Soares entendia que Pimenta da Veiga deveria fazer mais concessões aos dissidentes, a fim de assegurar pelo menos a presença dos deputados.

Mas o líder do PMDB já havia feito várias concessões no decorrer das negociações, à tarde. Além de concordar com a retirada dos crimes conexos dentre os beneficiários da anistia, como defesa a esquerda do PMDB, aceitou a votação em separado do dispositivo relativo aos prazos de desincompatibilização, para atender aos moderados do partido. Também aceitou modificações no artigo 1º, reivindicadas pelo PDS, que seria submetido a voto separadamente.

Para assegurar o apoio do PDS, Pimenta concordou com o destaque para retirar do artigo 1º do substitutivo Giavarina à expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", referindo-se à missão consti-

tuinte do futuro Congresso. Segundo Bonifácio de Andrada (PDS-MG), mantido o texto original haveria, na prática, o funcionamento de quatro Câmaras: a Constituinte, a Câmara dos Deputados, o Senado e eventuais sessões conjuntas do Congresso Nacional. O PDS sugeriu, então, a seguinte redação para aquele item: "Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão unicameralmente, em Assembleia Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional".

Bonifácio de Andrada, com apoio de setores do PFL, explicou que suprimida a expressão "sem prejuízo de suas funções constitucionais", seria atribuída de própria Constituinte definir o trabalho legislativo ordinário. Estaria aberto o caminho para a sugestão de Ulysses Guimarães de criação da "comissão legislativa", com a atribuição de cuidar da legislação ordinária enquanto funcionasse a Constituinte.

Outra mudança apresentada pelo PDS suprime a exigência de quórum de maioria absoluta para aprovação da nova Constituição, passando a maioria simples. O PDS também insistia em eliminar a limitação de tempo de trabalho da Constituinte para promulgar a nova Carta. Pela proposta do PDS, caberia à própria Constituinte decidir em quanto tempo concluiria seu trabalho, explicou Bonifácio de Andrada.

Os líderes da Aliança Democrática enfrentaram também resistências na questão da desincompatibilização. Setores de quase todos os partidos estavam sendo pressionados a não aceitar a proposta do substitutivo oficial, de nove e seis meses respectivamente para autoridades sem mandato legislativo e com mandato.



Fotos Alencar Mourão

Os cassados desanimados

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os 122 praças não anistiados em 1979 e as 22 mulheres de punidos, pelo movimento de 64, que se encontram em greve de fome, permaneceram no Salão Verde da Câmara, até os 30 minutos de ontem, quando a deputada Beth Mendes telefonou ao presidente Ulysses Guimarães solicitando autorização para que o grupo passasse a noite no recinto. O deputado paulista alegou impedimento regimental e não concedeu a autorização. Entretanto, Ulysses concordou que eles dormissem nos dois ônibus estacionados no pátio da Câmara. As mulheres passaram a noite na casa de amigos e familiares.

Durante todo o dia de ontem, o grupo permaneceu na Câmara acompanhando a discussão da emenda do governo, atribuindo poderes constituintes ao futuro Congresso. Parte do grupo assistiu aos debates nas galerias, enquanto o restante dividiu-se pelo Salão Verde e dependências, discutindo suas reivindicações e os parlamentares.

Até as 17 horas, quando a votação da matéria começou a ser encaminhada, um dos coordenadores da União dos Militares Não Anistiados, Joelson Rocha, demonstrava grande descrença em relação ao atendimento das reivindicações do movimento. Segundo Joelson, caso fosse aprovado o substitutivo do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR), cerca de seis mil praças, punidos disciplinarmente pelo movimento de 64, seriam excluídos dos benefícios da anistia.

No decorrer do encaminhamento da votação, a coordenação do grupo ainda não havia decidido qual seria a sua reação caso fosse aprovado o substitutivo oficial. Joelson Rocha contestou a alegação de que nenhum dos punidos quer a reintegração. Ele próprio, cassado aos 25 anos e que se formou posteriormente em Direito e Jornalismo, disse que gostaria de voltar a vestir a sua farda no serviço ativo. Joelson argumentou que o grupo aceitava a anistia sem reintegração, com recelo de, em caso contrário, não ser atendido em nenhuma das suas outras reivindicações.

O líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga, muito sensível que o líder do PFL, José Lourenço, às negociações em torno da anistia a civis e militares, incluída no substitutivo à emenda da Constituinte, revelou à tarde, em meio à discussão da matéria em plenário, que havia concordado em manter os dispositivos da anistia, "esperando o apoio do PT e do PDT".

Sarney pede empenho à Aliança

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os líderes da Aliança Democrática que participaram ontem da reunião do Conselho Político com o presidente José Sarney saíram do Palácio do Planalto com uma recomendação: todo empenho possível para que a emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, na forma proposta pelo governo, fosse aprovada pelo Congresso. O líder do PMDB, Pimenta da Veiga, antecipou-se e garantiu ao presidente que a emenda seria aprovada, embora re-

conhecesse que teriam pela frente uma sessão de "longos debates".

A reunião foi antecipada para às 9 horas — normalmente, começa às 11 — para que os líderes pudessem participar da sessão do Congresso, iniciada às 10h30. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, no entanto, acabou não participando, já que não havia sido avisado da antecipação do horário, segundo confessou. Por volta das 11 horas, mandou que sua secretária ligasse para o Palácio do Planalto, porque chegaria atrasado. Era tarde demais: a reunião já tinha acabado.

Na Câmara, Pimenta da Veiga transmitiu aos vice-líderes do partido a recomendação do presidente Sarney, mas acentuou que estava aberto às negociações. As negociações, contudo, não passariam por mudanças substanciais nos disposi-

tivos que tratam da anistia a civis e militares. "Os militares punidos por atos políticos foram inteiramente anistiados e o ressarcimento dos vencimentos atrasados está fora de cogitações", afirmou o deputado.

Já o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, procurou reduzir a importância de um movimento favorável à convocação de uma Constituinte exclusiva, que começava a se formar em seu partido. O líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli, por sua vez, garantiu que a sua bancada era um "bloco monolítico" em favor do substitutivo de Walmor Giavarina. O próprio secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz (MG), um dos articuladores do movimento, estava desanimado no final da tarde. "Eles conversaram muito e não decidiram nada. São mesmo uns artistas."